

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ASSOCIAÇÃO DOS
EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 .**

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais, fundada em Belo Horizonte, no dia 07 de setembro de 1908, é uma instituição Filantrópica de Assistência Social, constituída por um número ilimitado de associados de ambos os sexos, maiores de 14 anos, sem distinção de raça, credo ou cor. A entidade atua desde a sua fundação, no atendimento a áreas de alto risco social, com o objetivo de promover a inclusão dessas pessoas, tornando-os cidadãos produtivos.

Na área da assistência social, a AEC-Minas mantém um "Centro Educacional", situado à Alameda dos Sergipanos, nº 225, Bairro Jardim Encantado, Vespasiano/MG. Inaugurado em janeiro de 1964, como "Escola Rural", com a finalidade de atender crianças carentes da região, sendo que o exercício findo de 2024, atendeu 195 alunos, distribuídos da Educação Infantil aos 5 primeiros anos do Ensino Fundamental. A escola atende a quaisquer pessoas, sem qualquer tipo de discriminação, gratuitamente, e todas as atividades relativas ao ensino desta unidade atendem às exigências do Ministério da Educação.

Do ponto de vista econômico-financeiro, o ano de 2024, foi um ano difícil e de muito trabalho para a Diretoria, que apesar de todos os esforços em manter o equilíbrio das receitas e despesas da entidade neste ano não foi possível, isso, devido a vários imprevistos e demandas com dispêndios financeiros altos, além da situação econômica do País que não ajudou muito, mas a Diretoria com seu trabalho sério e consciente e com o apoio dos associados, conselheiros e funcionários, continua trabalhando em prol da entidade objetivando seu crescimento e desenvolvimento. Agradecemos a confiança e apoio recebidos dos senhores associados e nos colocamos ao inteiro dispor para esclarecimentos adicionais.

Belo Horizonte, 23 de março de 2025. **Waldir Eustáquio de Andrade** - Presidente

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores em Reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.711.297	3.215.662
Valores a receber de associados e conveniados	5	72.723	104.040
Aluguéis a receber	6	116.309	108.873
Crédito a receber por venda de imobilizado	7	-	408.000
Adiantamento a terceiros	8	33.170	53.094
Despesas do exercício seguinte e outros		9.871	11.224
		<u>2.943.369</u>	<u>3.900.892</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	4	25.000	25.000
Aluguéis a receber com cobrança em juízo	9	167.411	167.411
(-) Perda estimada para crédito de liquidação du	9	(167.411)	(167.411)
Propriedade para investimento	10	3.793.055	3.056.175
Imobilizado	11	3.753.713	3.917.245
Intangível	12	67.844	88.263
		<u>7.639.612</u>	<u>7.086.683</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>10.582.981</u>	<u>10.987.575</u>

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

CS

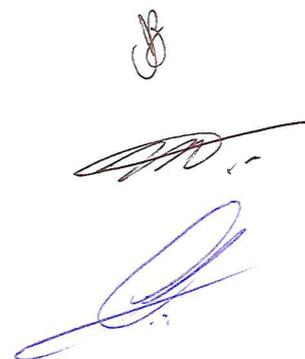


ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	42.608	43.421
Salários e encargos	14	306.666	307.365
Obrigações fiscais e sociais	15	40.303	37.035
Outros passivos		2.529	25.711
		<u>392.106</u>	<u>413.532</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	17	8.387.456	8.288.848
Reserva de reavaliação		2.186.587	2.200.852
Superávit acumulado		(383.168)	84.343
		<u>10.190.875</u>	<u>10.574.043</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>10.582.981</u>	<u>10.987.575</u>

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras



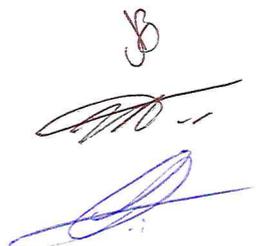
ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RECEITAS OPERACIONAIS			
(+) Receitas Gratuitas da Atividade Educacional		1.233.150	1.042.100
(+)Gratuidades - bolsas de estudo integrais	19	1.233.150	1.042.100
(+) Outras receitas institucionais		4.142.494	3.851.435
(+)Contribuições de associados e conveniados		2.478.419	2.348.795
(+)Aluguéis de imóveis		1.228.695	1.228.010
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa		-	(167.411)
(+)Receitas financeiras	9	-	(167.411)
(+) Receitas Eventuais		299.912	328.810
(+)Trabalho Voluntário	22	81.986	62.981
		53.482	50.250
(=)SUPERÁVIT BRUTO		5.375.644	4.893.535
(=)CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		5.582.979	5.129.708
(-) ATIVIDADE EDUCACIONAL	19	2.207.403	1.916.865
(-)Despesas com Pessoal		707.133	618.756
(-)Material Didático		79.131	73.508
(-)Merenda Escolar		39.219	43.336
(-)Uniformes		17.262	19.354
(-)Doações		-	-
(-)Gratuidades - bolsas de estudo integrais		1.233.150	1.042.100
(-)Despesas Gerais Administrativas		131.508	119.811
(-)DESPESAS COM ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	20	1.218.896	1.154.329
(-)Despesas com Pessoal		1.074.376	996.153
(-)Despesas com Serviços de Terceiros		66.152	76.862
(-)Despesas com Materiais		9.768	17.411
(-)Despesas Gerais Administrativas		68.599	63.903
(-)DESPESAS COM ATIVIDADE DA SEDE CAMPESTRE	21	912.892	986.775
(-)Despesas com Pessoal		544.855	550.317
(-)Despesas com Serviços de Terceiros		126.005	130.776
(-)Despesas com Materiais		15.420	11.637
(-)Despesas Gerais Administrativas		226.612	294.044
(-) DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS - INSTITUCIONAIS		1.243.788	1.071.739
(-)Despesas com pessoal		285.898	256.940
(-)Despesas com Serviços de Terceiros		229.430	153.331
(-)Despesas com Materiais		11.688	15.547
(-)Despesas com trabalho voluntário		53.482	50.250
(-)Despesas gerais de funcionamento	22	259.893	191.932
(-)Depreciações		318.921	309.722
(-)Despesas financeiras		84.474	94.017
(=)SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL		(207.335)	(236.173)
(+) GANHO / PERDA DE CAPITAL		(175.833)	320.515
(=) DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(383.168)	84.343

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE		
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(383.168)	84.343
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	(383.168)	84.343

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras



ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores em reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávits/Déficits Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.236.416	2.215.116	38.168	10.489.700
Incorporação do Déficit acumulado	38.168	-	(38.168)	-
Realização da reserva de reavaliação	14.264	(14.264)	-	-
Superávit líquido do exercício	-	-	84.343	84.343
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.288.848	2.200.852	84.343	10.574.043
Incorporação do Superávit acumulado	84.343	-	(84.343)	-
Realização da reserva de reavaliação	14.265	(14.265)	-	-
Superávit líquido do exercício	-	-	(383.168)	(383.168)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.387.456	2.186.587	(383.168)	10.190.875

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM
31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023
(Valores em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Superávit do exercício	(383.168)	84.343
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades sociais:		
Depreciações e amortizações	318.921	309.721
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	167.411
Custo do ativo imobilizado baixado	-	487.037
Custo do intangível baixado	-	3.746
	<u>(64.247)</u>	<u>1.052.258</u>
(Aumento) Redução nos ativos:		
Conveniados e associados a receber	31.317	(34.740)
Aluguéis a receber	(7.436)	(10.543)
Créditos a receber por venda de imobilizado	408.000	(408.000)
Impostos e Outros Valores a Recuperar	-	-
Adiantamento a terceiros	19.924	2.351
Despesas do exercício seguinte e outros	1.352	(780)
Aplicações Financeiras	-	-
Aumento (Redução) nos Passivos e patrimônio líquido :		
Fornecedores	(812)	(62.451)
Salários e encargos	(700)	105.737
Obrigações Fiscais e Sociais	3.268	(984)
Outros passivos	(23.182)	22.128
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>367.485</u>	<u>664.978</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição de imobilizado	(134.970)	(67.444)
Aumento Imóveis para investimento	(487.037)	(36.149)
Adição imóveis para investimento	(249.843)	(4.027)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(871.850)</u>	<u>(107.620)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(504.365)</u>	<u>557.358</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.215.662	2.658.304
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.711.297	3.215.662
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>(504.365)</u>	<u>557.358</u>

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais, fundada em Belo Horizonte em 7 de setembro de 1908, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, de objetivos assistenciais, instrutivos, recreativos e de caráter filantrópico. O objetivo primordial da Associação é assistir ao público na prestação de serviços gerais à comunidade, sem qualquer discriminação quanto aos beneficiados. Como entidade de fins filantrópicos atende a pessoas desprovidas de recursos, visando a intersectorialidade nas suas necessidades de saúde, educação e lazer, independente de pertencerem ao seu quadro social. É mantenedora do Centro Educacional (Educação Infantil e Ensino Fundamental). Além disso, mantém um serviço de assistência médica aos associados e dependentes e clube social denominado Sede Campestre.

São órgãos administrativos não remunerados da Associação:

- I) Assembleia Geral
- II) Diretoria Executiva
- III) Conselho Fiscal

Os integrantes da Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, não percebem qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Presentemente a Associação desenvolve as seguintes atividades:

Atividades Educacionais.

Mantém o Centro Educacional da AEC localizada no Bairro Parque Jardim Encantado, Vespasiano/MG, onde são oferecidos cursos de Educação Infantil (1º e 2º período) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). A escola concede material didático, merenda escolar, uniformes e bolsas de estudo (100%) gratuitas aos alunos em situação de vulnerabilidade social conforme análise baseada na legislação vigente.

Atividades de Assistência Médica.

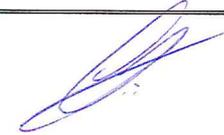
Disponibiliza aos seus associados e dependentes um ambulatório médico no Bairro Santo Agostinho em Belo Horizonte/MG, onde são oferecidos atendimentos médicos nas diversas especialidades de cardiologia, clínica geral, dermatologia, endocrinologia, geriatria, ginecologia, pediatria, oftalmologia, urologia, ortopedia, neurologia e otorrinolaringologia mediante marcação prévia de consultas. No ano de 2024 foram atendidas 10.426 consultas e no ano de 2023 foram atendidas 10.995 consultas.

Atividades Sede Campestre.

Disponibiliza um clube social denominado Sede Campestre a seus associados e dependentes no Bairro Parque Jardim Encantado, Vespasiano/MG com uma infra estrutura excelente, são oferecidas atividades de lazer variadas para todos os gostos. São 30.000 metros quadrados com campo de futebol, piscinas com toboágua, saunas, quadras de esportes, área para churrasco, playground, salão de festas, salão de jogos, ginásio poliesportivo, dentro outros.

2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de Conformidade



As demonstrações financeiras da Associação são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mais especificamente as disposições da ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos.

2.2. Bases de Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de associados (provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa), (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e, (iii) contabilização de provisões.

A Associação revisa suas estimativas e premissas de forma contínua, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se causarem impacto apenas nesse período, ou também em períodos posteriores, se o impacto for sobre o período futuro.

2.4. Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Associação e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima.

As demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em **27 de Fevereiro de 2025**.

3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. As receitas e despesas da Entidade são apropriadas com base em documentos que atendem às exigências legais e fiscais.

b) Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem caixa, bancos e aplicações financeiras com prazos de vencimento original de até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

c) Perda estimada no recebimento de créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber junto a terceiros, tendo em vista a experiência passada e a posição dos créditos a receber.



d) Propriedade para investimento

- As propriedades para investimento são mantidas para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas. A Associação mantém suas propriedades para investimento para fins de auferir receitas de aluguel e estão valoradas ao custo de aquisição no reconhecimento inicial
- Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício.

e) Imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas anuais (Nota 11) que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados.
- Perda para valor recuperável dos ativos (impairment), quando aplicável. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

f) Intangível

É avaliado ao custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e submetido a teste anual de recuperabilidade para os ativos com vidas úteis indefinidas. Ativos com vidas úteis definidas, amortização pelo método linear, revisadas quanto ao período de amortização a cada final de exercício social (Nota 12).

g) Provisões para Contingências

As provisões para contingências fiscais, trabalhistas e outras são constituídas em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais insucessos quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for caracterizado risco de perda em ações judiciais ou administrativas.

h) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. Substancialmente, a utilização de estimativas no balanço foi utilizada quando do provisionamento de contingências e das provisões para perdas no recebimento de crédito.

i) Outros passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

j) Receitas e despesas com trabalho profissional voluntário

As contribuições e doações de serviços voluntários, são mensurados pelo valor justo da prestação de serviço, são reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro (Nota 22).



k) Critério de apuração da gratuidade – bolsas de estudo integral

O valor das bolsas de estudo integral concedidas para alunos, considerados em situação de vulnerabilidade social no Centro Educacional, é registrado contabilmente pelo valor da anuidade escolar e são reconhecidos na Demonstração do Resultado do exercício, sob o título de Receitas Gratuitas da Atividade Educacional e correspondentes custos sob o título de Gratuidades – bolsas de estudo integral, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro (Nota 19).

l) Renúncia Fiscal

A entidade, na forma da ITG 2002 apresenta em nota explicativa (Nota 18) os efeitos relacionados a renúncia fiscal. Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a Associação controla em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidenciação contábil.

4- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixas e Bancos	174.587	9.104
	<u>174.587</u>	<u>9.104</u>
Aplicações Financeiras		
Certificados de depósitos bancários	2.536.710	3.206.558
	<u>2.536.710</u>	<u>3.206.558</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>2.711.297</u>	<u>3.215.662</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Aplicações Financeiras		
Título de Capitalização Banco Bradesco	25.000	25.000
Saldo em conta corrente Instituição Financeira em Processo de Liquidação Judicial	58.584	58.584
(-) Perda Estimada	(58.584)	(58.584)
	<u>25.000</u>	<u>25.000</u>

As disponibilidades bancárias e de caixa possuem liquidez imediata e as operações financeiras são resgatáveis a curto e longo prazo. As aplicações foram contratadas junto a Instituições Financeiras de primeira linha e foram contratadas na modalidade de título de capitalização e CDB.

5- VALORES A RECEBER DE ASSOCIADOS E CONVENIADOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Valores a receber de associados	22.472	22.337
Valores a receber de convênios - Cemig Saúde	49.915	81.161
Valores a receber de outros convênios	336	542
	<u>72.723</u>	<u>104.040</u>

6- ALUGUÉIS A RECEBER

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguéis a receber	116.309	108.873
	<u>116.309</u>	<u>108.873</u>

Sob essa rubrica encontram-se apropriados os valores a receber de clientes referentes a aluguéis de imóveis de renda da Associação.

7- CRÉDITO A RECEBER POR VENDA DE IMOBILIZADO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cooperat.Cons.Conduct.Veic.Detent.Patrimônio	-	408.000
	<u>-</u>	<u>408.000</u>

(i) Em maio de 2024 por iniciativa da promissária compradora Cooperativa De Consumo Dos Condutores De Veículos E Detentores De Patrimônio – Master Truck foi realizado o distrato da compra do imóvel da Rua Entre Rios 105, Carlos Prates, BH/MG, com a vendedora AEC Minas. A compradora pagou a multa rescisória prevista no contrato particular de promessa de compra e venda firmado em 07/08/23 e aditado em 19/09/23, no valor de R\$ 171.600 (Cento e setenta e um mil e seiscentos reais), a vendedora devolveu a compradora o valor de R\$ 278.400 (Duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais).

8- ADIANTAMENTO A TERCEIROS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamentos de Férias	33.118	51.570
Adiantamento a Fornecedores	-	1.524
Adiantamento Diversos	52	-
	<u>33.170</u>	<u>53.094</u>

9- ALUGUÉIS A RECEBER COM COBRANÇA JUDICIAL

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguéis a receber com cobrança em juízo	(i) 167.411	(i)167.411
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(167.411)	(167.411)
	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) Processo encontra-se em fase de cobrança junto aos fiadores. A constituição da provisão realizada no presente exercício não significa renúncia ao direito de cobrança dos valores devidos.

10 - IMÓVEIS PARA INVESTIMENTO

Descrição	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lote 10 Quadra 32 - Vespasinao	6.155	6.155
Lote 08 Quadra 33 - Vespasiano	153.099	153.099
Imóvel Rua Espirito Santo 336 – Belo Horizonte	1.361.564	1.111.721
Lotes 16, 17, 18 e 19 Quadra 24 - Vespasiano	67.900	67.900
Casas nos lotes 16 e 17 Quadra 24 - Vespasiano	108.145	108.145

Imóvel na Avenida Afonso Pena 726, 5º andar - BH	444.436	444.436
Imóvel na Alvarenga Peixoto 1455 – Belo Horizonte	1.164.719	1.164.719
Imóvel Entre Rios 105, Carlos Prates – Belo Horizonte	487.037	-
	3.793.055	3.056.175

Descrição	31/12/2023	Adições	baixas	31/12/2024
Lote 10 Quadra 32 - Vespasiano	6.155			6.155
Lote 08 Quadra 33 - Vespasiano	153.099	-	-	153.099
Imóvel Rua Espírito Santo 336 -BH	1.111.721	249.843	-	1.361.564
Lotes 16, 17, 18 e 19 Q. 24 - Vespasiano	67.900	-	-	67.900
Casas nos lotes 16 e 17 Q. 24 -Vespasiano	108.145	-	-	108.145
Imóvel Av. Afonso Pena 726, 5º andar - BH	444.436	-	-	444.436
Imóvel na Alvarenga Peixoto 1455 – BH	1.164.719	-	-	1.164.719
Imóvel Entre Rios 105, Carlos Prates - BH	-	487.037	-	487.037
Total	3.056.175	736.880	-	3.793.055

11- IMOBILIZADO

Descrição	2024			2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	1.279.130	-	1.279.130	1.279.130
Edificações	4.261.040	(2.302.954)	1.958.086	2.035.140
Móveis e utensílios	533.604	(471.147)	62.457	61.010
Equipamentos diversos	555.835	(321.063)	234.772	217.782
Veículos	36.500	(36.500)	-	-
Instalações	1.710.429	(1.491.161)	219.268	324.183
Biblioteca	2.284	(2.284)	-	-
	8.378.822	(4.625.109)	3.753.713	3.917.245

Descrição	Saldo	Adições	baixas	Saldo
	31/12/2023			31/12/2024
Terrenos	1.279.130	-	-	1.279.130
Edificações	4.252.927	8.113	-	4.261,040
Móveis e utensílios	518.356	15.248	-	533.604
Equipamentos diversos	507.752	48.083	-	555.835
Veículos	36.500	-	-	36.500
Instalações	1.646.903	63.526	-	1.710.429
Biblioteca	2.284	-	-	2.284
Sub Total	8.243.852	134.970	-	8.378.822
(-) Depreciação Acumulada	(4.326.607)	(298.502)	-	(4.625.109)
Total	3.917.245	(163.532)	-	3.753.713

O custo corrigido até 1995 e a reavaliação contabilizada em 1999 estão sendo depreciados às taxas de Edificações 2%, Movéis e utensílios 10%, Equipamentos 10%, Veículos 20 %, Instalações 10% e Biblioteca 10% baseadas em estimativas de vida útil remanescentes dos bens. O montante da reavaliação contabilizada no exercício de 1999 foi de R\$ 3.022.047,00. Em Janeiro de 2022 foi transferido o montante de R\$ 3.085.489 referente a imóveis que não estão sendo utilizados nas atividades da entidade para conta de investimentos.

12- INTANGÍVEL

Descrição	2024			2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Direitos de uso	8.829	-	8.829	8.829
Softwares	201.652	(142.637)	59.015	79.435
	210.481	(142.637)	67.844	88.264

Descrição	Saldo	Adições	Saldo
	31/12/2023		31/12/2024
Direitos de uso	8.829	-	8.829
Softwares	201.652	-	201.652
Sub Total	210.481	-	210.481
(-) Amortização Acumulada	(122.217)	(20.420)	(142.637)
Total	88.264	(20.420)	67.844

13- FORNECEDORES

Sob o título "Fornecedores" são apresentados os valores correspondentes a fornecimentos de serviços e insumos. Referido saldo não está sujeito a juros e atualização e está classificado, basicamente, no circulante, tendo prazo médio de vencimento da ordem de 90 dias.

	2024	2023
Fornecedores	42.608	43.421
	42.608	43.421

14- SALÁRIOS E ENCARGOS

	2024	2023
Salários	72.130	74.638
Férias e FGTS s/ férias e 13º salário	234.536	232.727
	306.666	307.365

8



15- OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Obrigações Sociais</u>		
INSS	8.840	5.824
FGTS	19.698	18.929
<u>Impostos a recolher</u>		
IRRF	8.272	9.417
ISS/PIS/COFINS/CSLL	1.643	335
<u>Taxas e contribuições a recolher</u>		
PIS S/Folha de Pagamento	1.701	2.432
Contribuição Sindical	149	99
TOTAL	<u>40.303</u>	<u>37.035</u>

16-SUBVENÇÕES PÚBLICAS – Resolução CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07)

A entidade não recebeu recursos financeiros provenientes de contratos celebrados com órgãos públicos.

17- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os Superávits (Déficits) operacionais apurados anualmente são incorporados à conta do Patrimônio Social, após a aprovação, pela Assembleia Geral, das prestações de contas da Diretoria.

Ao patrimônio líquido foi incorporada a reserva de reavaliação procedida no exercício de 1999

A Entidade não distribui qualquer dividendo, benefício ou vantagem com base nos resultados apurados, destinando os mesmos integralmente para manutenção de seus objetivos sociais.

a) Patrimônio Social

O Fundo Social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 8.387.456 (em 2023 R\$ 8.288.848), sendo vedada, na forma do estatuto da Associação e da legislação vigente, sua distribuição sob qualquer forma.

b) Reserva de Reavaliação

Reflete o efeito da “mais valia” apurada em reavaliações de bens conduzidas por empresas especializadas, a última das quais realizada no ano de 1999, ao líquido das amortizações acumuladas.

A realização da reserva de reavaliação, por depreciação ou baixa, é apropriada diretamente na conta “Superávit Acumulado” com subsequente incorporação à conta “Patrimônio Social”.

c) Superávit/Déficit do exercício

A administração da Associação, na forma do disposto na ITG 2002, incorpora anualmente, após aprovação da assembleia o valor do Superávit/Déficit do exercício bem como o valor da reserva de reavaliação realizada, à conta de “Patrimônio Social” no patrimônio líquido.

18- ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

Como entidade beneficente sem fins lucrativos, a Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais é imune do pagamento do Imposto de renda da pessoa jurídica, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, na forma da legislação aplicável, condicionada ao cumprimento das obrigações acessórias da legislação tributária.

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da entidade foi renovado, junto ao Conselho Nacional de Assistência Social por força do art.37 da Medida Provisória 446/2008, com validade para o período de 04/03/2008 a 03/03/2011. E desde 2010 a entidade vem buscando a renovação do certificação junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), apresentando o relatório de atividades e demonstrações contábeis, tendo seus processos encaminhados pelo MDS para o Ministério da Saúde (MS) por entender que sua atividade preponderante seria na área da saúde. A entidade prestou esclarecimentos ao MS informando que as gratuidades eram realizadas principalmente no âmbito da educação e do assistencialismo social, razão pela qual os processos deveriam ser encaminhado para análise dos órgãos competentes. Em Abril de 2021 a entidade impetrou ação ordinária com pedido de tutela de urgência processo nº 1017689-86.2021.4.01.3800 em face da União Federal, buscando o reconhecimento do direito a imunidade tributária, por cumprir todos os requisitos do art.14 do CTN, com pedido subsidiário, " Caso se entenda necessária a obtenção de certificado de entidade beneficente de assistência social, pede que seja reconhecida a competência do Ministério da Educação para análise do pedido de certificação (...) apenas as exigências contidas no art.14 do CTN. **Em 30/09/24 foi julgada a ação ordinária da entidade, declarando a beneficiária de imunidade tributária pelo período de 2016 a 2020, condenando a União a expedir o CEBAS pelo Ministério da Educação,além disso, caberá ao Ministerio da Educação apreciar os requerimentos posteriores de renovação do CEBAS para fins de obtenção de imunidade tributária.** Em Julho de 2022, a entidade enviou a prestação de contas do exercício 2021, ao Ministério da Educação protocolo nº: 000.244.0071095/2022, a fim de obter a renovação/concessão do certificado de entidade beneficente de assistência social em educação, aguardando análise do Ministério da Educação até a presente data.

A renúncia fiscal reconhecida pela entidade referente a isenção da Quota Patronal do INSS, RAT e Terceiros, como se devido fossem, em 2024 e 2023 são os seguintes:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Renúncia Fiscal - Cota Patronal INSS	605.498	606.241
Isenções Usufruídas	<u>605.498</u>	<u>606.241</u>

A associação, acreditando no êxito da ação, não efetuou qualquer provisão para fazer face a eventual insucesso no processo que busca ser reconhecida sua imunidade em relação ao disposto na Lei 12.101/09 mediante comprovação do cumprimento dos requisitos do art. 14 do CTN.

19- DEMONSTRAÇÃO DA GRATUIDADE CONCEDIDA

Na forma da ITG 2002 a entidade apresenta consignado em seus registros contábeis, tanto o valor financeiro quanto o quantitativo(em contas de compensação), a título de receita (gratuidades bolsas de estudo integral) e custos correspondentes em conta de mesmo título.

Os valores referentes às gratuidades ofertadas representadas por bolsas de estudo integrais foram concedidas a alunos cuja renda familiar per capita não exceda o valor de um e meio salário mínimo, conforme apresentado no quadro abaixo:



EDUCAÇÃO BÁSICA	CRIANÇAS ASSISTIDAS 2024			CRIANÇAS ASSISTIDAS 2023		
BOLSAS INTEGRAIS 100% GRATUITAS	Qtde			Qtde		
CENTRO EDUCACIONAL DA AEC	Bolsas	Anuidade	Custo	Bolsas	Anuidade	Custo
Educação Infantil:						
1º Período	21		122.500	23		117.000
2º Período	25		141.000	24		129.600
Soma	46	6.000	263.500	47	5.400	246.600
Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)						
1º Ano A	27		178.200	21		116.500
1º Ano B	23		151.800	21		121.000
2º Ano	23		151.800	30		175.000
3º Ano	31		200.200	25		155.000
4º Ano	26		166.650	17		102.000
5º Ano	19		121.000	21		126.000
Soma	149	6.600	969.650	135	6.000	795.500
TOTAL GERAL	195	-	1.233.150	182	-	1.042.100
Receita Anual de bolsas	-	-	1.233.150	-	-	1.042.100
% de Gratuidade			100%			100%

O Resultado do atendimento educacional, considerando a receita com bolsas de estudo integrais, pode ser assim demonstrado.

Receitas/Despesas	2024	2023
(=) Receitas da Atividade Educacional	1.233.150	1.042.100
(+) Gratuitudes - bolsas de estudo integrais	1.233.150	1.042.100
(-) Custos e Despesas da Atividade Educacional	(2.207.403)	(1.916.865)
(-) Atividade Educacional	(2.207.403)	(1.916.865)
(-) Gratuitudes - bolsas de estudo integrais	(1.233.150)	(1.042.100)
(-) Despesas com Pessoal	(707.133)	(618.756)
(-) Material Didático	(79.131)	(73.508)
(-) Merenda Escolar	(39.219)	(43.336)
(-) Uniformes	(17.262)	(19.354)
(-) Doações	-	-
(-) Despesas Gerais Administrativas	(131.508)	(119.811)
(=) Resultado da Atividade Educacional	(974.253)	(874.765)

Todo o custo e despesa da atividade educacional são custeados pela mantenedora Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais, por meio, de suas receitas institucionais.

20- DESPESAS COM ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Despesas com assistência médicas relacionadas a atendimentos de associados da entidade e seus dependentes.

21- DESPESAS COM ATIVIDADE DA SEDE CAMPESTRE

Despesas relacionadas com a manutenção e operação da Sede Campestre (Clube Social).

22- TRABALHO VOLUNTÁRIO

A Associação obedece rigorosamente a legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002, o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pela Diretoria Administrativa foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro (receita e despesa no mesmo montante):

Cargo	Valor em 2024	Valor em 2023
Diretor Presidente	31.968	29.756
Diretor Vice – Presidente	10.656	9.916
Diretor Secretário	2.492	1.156
Diretor Financeiro	2.492	2.644
Diretor de Patrimônio	3.204	2.484
Diretor Cultural	1.246	1.816
Diretor Esportivo e Social	1.424	2.478
Total	53.482	50.250

23- SEGUROS CONTRATADOS

É política da entidade manter cobertura de seguros sobre bens do ativo imobilizado, notadamente para imóveis e veículos, por montantes considerados suficientes para fazer face à eventuais sinistros, conforme orientação de seus consultores especializados.


Waldir Eustáquio de Andrade
Presidente


Carlos Gilberto Vidal
Diretor Financeiro


Neusa de Barcelos
Contadora – CRC/MG 78.968/O-9



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais examinou o Relatório da Diretoria do exercício de 2024 e às Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2024.

Concluimos que as referidas demonstrações refletem com propriedade a situação patrimonial e econômico-financeira da entidade.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é favorável à Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025.


Roberto Pinto Felisberto
Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Senhores Administradores Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS**, que compreendem balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfase

Em 2024 a ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS obteve êxito em segunda instância no processo de deferimento da renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), amparada na sentença ordinária proferida em 30/09/2024 que julgou parcialmente procedentes os pedidos da AEC de renovação do CEBAS, tendo-a declarado beneficiária de imunidade tributária pelo período de 2016 a 2020. A Diretoria da Associação, consubstanciada na opinião de sua Assessoria Jurídica que considerou o risco de perda de referido processo possível, não constituiu quaisquer provisões passivas a título contingente no que diz respeito às contribuições sociais requeridas na eventualidade de resultado desfavorável dos pedidos de renovação.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós tendo o relatório dos auditores emitido em 23 de fevereiro de 2024 apresentado opinião sem ressalva e parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto apresentado neste relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança de a Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2025.

AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.
CRC-01-MG-4553 – O

Documento assinado digitalmente
gov.br ALEXANDRE OLIVEIRA CHAGAS
Data: 24/02/2025 11:37:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alexandre Oliveira Chagas
Auditor Responsável
CRC-MG- 075751/ O-7

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDA FILIZZOLA MATTOS DE SANTOS MA
Data: 24/02/2025 11:55:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernanda Filizzola Mattos de Santos
Auditora Responsável
CRC-MG-113.796/O-0